

RELATÓRIO DE OFICINA PARTICIPATIVA
INFORMAÇÕES GERAIS
<p>Tema da Oficina: Oficina Participativa de Consulta, Livre Prévia e Informada – CLPI.</p> <p>Objetivo da Oficina: Consulta Pública do Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Tocantins.</p> <p>Comunidade: Povo Indígena Krahô, aldeias: aldeia Mangabeira; aldeia Serra Grande; aldeia Serra Grande; aldeia Taypoca; aldeia Salto; aldeia Pedra Furada; aldeia Riozinho; aldeia Serra Grande; aldeia Campo Limpo; aldeia Macaúba; aldeia Pedra Branca; aldeia Coqueiro; aldeia Serra Grande; aldeia Buritizal; aldeia Rio Vermelho; aldeia Forno Velho; aldeia Rio Vermelho; aldeia Capitão do Campo ; aldeia Paraíso; aldeia Barra; aldeia Morro do Boi; aldeia Maravilha.</p> <p>Local: Escola Estadual Indígena Mangabeira, aldeia Mangabeira, município de Itacajá – TO.</p> <p>Data: 03 a 05 de julho de 2025.</p> <p>Duração: 03 dias.</p>
EQUIPE ENVOLVIDA
<p>Moderadores: João de M. Meneses e Gabriella C. L. Vasconcelos</p> <p>Reladoras: Ana Paula Mendes (Sepot) e Bárbara Beatriz Lobato Cruz (consultora TOCAR)</p> <p>Técnicos em Comunicação: Fabiana Nakamura Muller (consultora Tocar) e Samuel</p> <p>Tradutor para a Língua Indígena: Ivaldo Ikro Krahô e Ruthe Ihpremp Krahô</p> <p>Recreadores: Maria Goreti Canguçu Leal e Sávio Danriley</p> <p>Representantes do Poder Público: Marcello de Lima Lelis (Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Tocantins), Isabel Acker, Marli Santos, Srêwê Xerente e Ravenna P. P. Vieira (Pontos Focais do Estado Especialista em JREDD+/SEMARH); Aleandro Lacerda (Diretor-presidente da Tocantins Parcerias), Anna Karla Feitosa e Muriene Alves (TOPAR).</p> <p>Outros participantes com papel relevante: Pedro Andrade Magalhães, Bárbara Beatriz Lobato Cruz e Fabiana Nakamura-Muller (Consultores TOCAR); Camila Daiane da S. Rezende (consultora GEONOMA); Clarisse Marina dos Anjos Raposo – Chefe do Serviço de Gestão Ambiental e Territorial da Funai – Coordenação Regional Araguaia-Tocantins (TO, MT, PA, GO); Maria dos Anjos Rodrigues de Sousa - Coordenação Regional Araguaia Tocantins. Coordenação Técnica Local em Carolina, Carlos Otacílio Feitoza Pires – Técnico em Indigenismo. Lotado na Coordenação Técnica Local em Carolina.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cacique Izaac Curo Krahô – aldeia Mangabeira - Cacique Marcelo Hasopir Krahô - aldeia Serra Grande - Cacique Gregório Tefapöi Krahô - aldeia Serra Grande

- Cacique Jovelino Hapõr Krahô - aldeia Taypoca
- Cacique Daniel Telhi Krahô - aldeia Salto
- Cacique Lucenio Jaxy Krahô - aldeia Pedra Furada
- Cacique Ricardo Konly Krahô - aldeia Riozinho
- Cacique Horácio Peha Krahô - aldeia Serra Grande
- Cacique Manoel Teato Krahô - aldeia Campo Limpo
- Cacique Valdir Hopaka Krahô - aldeia Macaúba
- Cacique Marcio Jôc Krahô - aldeia Pedra Branca
- Cacique Gilton Krãhpým Krahô - aldeia Coqueiro
- Cacique Fernando R. Krahô - aldeia Serra Grande
- Cacica Aldalena Amxykwyj Krahô - aldeia Buritizal
- Cacique Adailton Pihoc Krahô - aldeia Rio Vermelho
- Cacique José Augusto Háká Krahô - aldeia Forno Velho
- Cacique Flavio Poxyh Krahô - aldeia Rio Vermelho
- Cacique Luiz Alberto Kryhhi Krahô - aldeia Capitão do Campo
- Cacica Gecilha Crukoy Krahô - aldeia Paraíso
- Cacique Tadeu Da Silva - aldeia Taypóca
- Cacique Gilberto Canuto Krahô - aldeia Barra
- Cacique Sandro Tonde Krahô - aldeia Morro do Boi
- Cacique Generosa Ihprep Krahô - aldeia Maravilha

DIA 01: QUINTA-FEIRA, 03 DE JULHO DE 2025

PARTICIPANTES

1. MARCELO HASOPIR KRAHÔ (aldeia Serra Grande)
2. HELITON NOLETON KRAHÔ (aldeia Ken Poy Kré)
3. LUZIA JARAJY KRAHÔ (aldeia Serra Grande)
4. GREGÓRIO TEFAPÕI KRAHÔ (aldeia Serra Grande)
5. JOVELINO HAPÕR KRAHÔ (aldeia Taypoca)
6. PEDRO FIRMINO KRAHÔ (aldeia Pedra Furada)
7. DANIEL TELHI KRAHÔ (aldeia Salto)
8. ENRIQUE COTHY KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
9. ISLAEL XACUXY KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
10. LUCENIO JAXY KRAHÔ (aldeia Pedra Furada)
11. HÉLIO IPARKAXÁ KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
12. RICARDO KONLY KRAHÔ (aldeia Riozinho)
13. MARIA LÚCIA KRAHÔ (aldeia Riozinho)
14. PEDRO HUNKOP KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
15. LUANA THNÃKRO KRAHÔ (aldeia Água Fria)
16. LUCIANO KRAHÔ (aldeia Salto)
17. HORÁCIO PEHA KRAHÔ (aldeia Serra Grande)
18. ARTUR TOHTOT KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
19. JANUÁRIO XÓRÉ KRAHÔ (aldeia Betânia)
20. SANDRO LUIZ MAJANO KRAHÔ (aldeia Betânia)
21. ANDRÉ LUIZ MAJANO KRAHÔ (aldeia Recanto)
22. JOEL HOPASXY KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
23. ODAIR IHTYC KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
24. TATIANA TEGURÁ KRAHÔ (aldeia Morro do Boi)
25. HELITON KRAHÔ (aldeia Água Fria)
26. SANDRA KRAHÔ (aldeia Gameleira)

27. ILTON POHHY KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
28. ANTONIO PANRA KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
29. MANUEL TEATO KRAHÔ (aldeia Campo Limpo)
30. ERNESTO KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
31. VALDIR HOPAKA KRAHÔ (aldeia Macaúba)
32. NAIMIR JUNKWYK KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
33. PATRICIA TAPXY KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
34. MARCIO JÔC KRAHÔ (aldeia Pedra Branca)
35. CUSTÓDIO KOPCAHOC KRAHÔ (aldeia Pedra Branca)
36. CLEIA PAH~U KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
37. GILTON KRÃHPÝM KRAHÔ (aldeia Coqueiro)
38. LUCILENE PRIX KRAHÔ (aldeia Coqueiro)
39. JOSIMAR H. KRAHÔ (aldeia Buritizal)
40. ADÃO T. KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
41. ANDRÉ C. KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
42. MARIAM KRAHÔ (aldeia Serra Grande)
43. FERNANDO R. KRAHÔ (aldeia Serra Grande)
44. IRANI HAXETEP (aldeia Morro do Boi)
45. CLEIA KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
46. TATIANE C. KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
47. JÚLIO INXYCAPRÊC KRAHÔ (aldeia Coqueiro)
48. ALDALENA AMXYKWYJ KRAHÔ (aldeia Buritizal)
49. CRISTINA TÊHTÊ KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
50. MARIA DORALICE HUAKUY KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
51. JUSILENE PARCÔ (aldeia Mangabeira)
52. SAYONARA AHKRÔ KWÝJ KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
53. BELCHIOR CUHÊXÊ KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
54. ADAILTON PIHOC KRAHÔ (aldeia Rio Vermelho)
55. VALDEIS SOARES H. KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
56. AMANDA JULHWA KRAHÔ (aldeia Recanto)
57. JOSÉ AUGUSTO HÁKÁ KRAHÔ (aldeia Forno Velho)
58. IZAIAS GRERÔ KRAHÔ (aldeia Riozinho)
59. DALVA JOKÔ KRAHÔ (aldeia Riozinho)
60. ELIANA KAJARI KRAHÔ (aldeia Recanto)
61. MACEDO CAPRE KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
62. LUCILENE JOXEWE KRAHÔ (aldeia Forno Velho)
63. FLAVIO POXYH KRAHÔ (aldeia Rio Vermelho)
64. IDIAHENA AITA KRAHÔ (aldeia Rio Vermelho)
65. LUIZ ALBERTO KRYHHI KRAHÔ (aldeia Capitão do Campo)
66. JOAQUIM IHGYHE KRAHÔ (aldeia Capitão do Campo)
67. DOMINGOS POHI KRAHÔ (aldeia Morro do Boi)
68. GECILHA CRUKOY KRAHÔ (aldeia Paraíso)
69. ESTER IRAKWY KRAHÔ (aldeia Barra)
70. CLEIA HÔKUA KRAHÔ (aldeia Nova)
71. SEBASTIANA KAPEYCAHOKE KRAHÔ (aldeia Nova)
72. RUBES RIHKM KRAHÔ (aldeia Morro Grande)
73. TADEU DA SILVA (aldeia Taypóca)
74. RENATO H. KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
75. JOÃO LUCAS CAHHI KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
76. JAQUELINE KUCAHTEP KRAHÔ (aldeia Mangabeira)

77. JULIANA KUPAKRO KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
78. ROSILENE PAHHÔ KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
79. GILBERTO CANUTO KRAHÔ (aldeia Barra)
80. MARCELA WJRCO KRAHÔ (aldeia Campo Limpo)
81. RENATA KOY KRAHÔ (aldeia Macaúba)
82. ANA PAXÚTYC KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
83. MARIA JOSÉ CAPÉ KRAHÔ (aldeia Santa Cruz)
84. ERIKA WAPYR KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
85. JULIANA SOARES IHPHÓ KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
86. MARIA DOS ANJOS R. SOUSA (CTL CAROLINA/FUNAI)
87. LAILA KAHHUKWYY KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
88. SANDRO TONDE KRAHÔ (aldeia Morro do Boi)
89. GENEROSA IHPREP KRAHÔ (aldeia Maravilha)
90. ALCIDE HAJÊNI KRAHÔ (aldeia Maravilha)
91. MARIA CRISTINA CUPAKÔ KRAHÔ (aldeia Maravilha)
92. ORLANDO CANUTE KRAHÔ (aldeia Maravilha)
93. RONALDO INTOHHOC KRAHÔ (aldeia Mangabeira)

EQUIPE

94. IVALDO JKRO KRAHÔ (aldeia Macaúba)
95. SÁVIO DAMLLEY GOMES DE SOUZA (Palmas)
96. GABRIELA C. H. VASCONSELOS (Palmas)
97. RUTHE IHPRENK KRAHÔ (aldeia Macaúba)
98. MARIA GORETI C. LEAL (Palmas)
99. JOÃO DE M. MARTINS

Reunião Interna dos Pahi (caciques)

Na manhã do dia 03/07, o cacique Izaac (anfitrião) solicitou espaço para realizar uma reunião exclusiva com os *pahi* (caciques/lideranças), a fim de discutir diversos temas de interesse da comunidade, incluindo a aceitação ou não do Programa JREDD+. A reunião iniciou às 08:00 e se estendeu por todo o período da manhã, finalizando por volta de 12:20. Após todos se dirigiram para o almoço. A pedido do cacique a equipe não esteve presente na reunião.

Abertura Oficial

As atividades da oficina tiveram início no período da tarde por volta das 14:00h, com manifestações culturais de boas-vindas. Os participantes realizaram cânticos e danças tradicionais antes do início dos trabalhos. O senhor Srêwê Xerente compartilhou com os presentes a história dos Akwê, destacando a proximidade histórica e familiar com os Krahô, especialmente no tempo em que eram povos nômades do cerrado. Explicou que os cânticos são inspirações divinas, uma conexão espiritual com o sagrado. E convidou os “parentes” a cantarem junto com ele.

Instalação

Por volta das 16:00h, iniciou-se oficialmente a oficina com a chegada do Secretário Marcello Lelis. O povo Krahô recepcionou a comitiva com cânticos tradicionais, em que homens e mulheres entoavam ao som do *cuktoj* (maracá) – o “Canto das Palmeiras” (*Tereré Xô*).

João (moderador) - desejou boas-vindas a todos em *mehin* (krahô) e convidou para composição da mesa de abertura:

Izaac Krahô– Cacique Mangabeira (anfitrião)

Gecilha – Cacica da Aldeia Paraíso, representando a ARPIT

Clarissa – Representante da FUNAI

Aleandro – Representante da TOCAR

Marli e o secretário Marcello Lelis – Representantes da SEMARH

Cacique Izaac Krahô - dá as boas-vindas à mesa e destacou que, apesar de ser a terceira reunião sobre o JREDD+, muitos *pahi* ainda tinham dúvidas. Explicou sua ausência na reunião anterior por motivo de saúde e reforçou a importância da presença do Secretário para esclarecer as questões pendentes, ressaltando que esta reunião seria decisiva para a tomada de decisão.

Gecilha - representando a ARPIT, falou em sua língua materna e explicou que não conseguiu compreender plenamente o que foi apresentado na reunião da aldeia Cachoeira. Por isso, solicitou a atual oficina, com o intuito de ouvir diretamente do Secretário e compreender melhor o programa.

Marli – ponto focal do estado (SEMARH), destacou que é fundamental escutar a comunidade e conhecer suas demandas. Reafirmou que o governo está presente para ouvir e esclarecer. Informou que ela é responsável pela coordenação do JREDD+ no Estado e que o Secretário representa a autoridade decisória máxima abaixo do governador.

Clarisse – representante FUNAI, frisou a importância da participação plena e consciente dos *mehin* (krahô) no processo de construção do programa. Apresentou a servidora da CLT Carolina Maria dos Anjos e assegurou que a FUNAI está presente para garantir a autonomia e segurança na tomada de decisões pelos povos indígenas.

Aleandro – diretor/presidente TOCAR, ressaltou o objetivo do programa: apoiar os que preservam a floresta. Compartilhou a experiência do JREDD+ no Acre e enfatizou a importância de repassar a cultura às futuras gerações.

Marcello Lelis – secretário da SEMARH, agradeceu a recepção e reforçou que o JREDD+ é um programa voltado à redução do desmatamento e queimadas. Explicou que os créditos de carbono gerados com a preservação serão comercializados pelo Estado e os recursos distribuídos entre os povos indígenas. Reafirmou o compromisso com a transparência e a autonomia das comunidades na gestão dos recursos.

Após as falas iniciais, o cantor Marcelo (Serra Grande) realizou o ritual de nomeação (*Xái Ré*), onde presenteou o Secretário Marcello Lelis com um cocar.

João (moderador) agradeceu aos presentes e apresentou as equipes envolvidas

nas oficinas. Ressalta que esta é a terceira reunião e apresenta o mural de fotos das reuniões anteriores, pergunta quem participou da reunião prévia de 2024 com objetivo de escolher como seria a próxima reunião. Diz que ao final da oficina os participantes podem pegar suas fotos no mural. Pergunta quem estava na reunião de maio realizada na aldeia Cachoeira; e diz que tinham 3 objetivos naquela reunião: entender sobre o JREDD+, eleger os representantes e indicar a entidade representativa. Elenca os objetivos da oficina atual:

- Responder dúvidas e aprender mais sobre o JREDD+;
- Levantar ações importantes para os *mehin* (krahô) na construção do programa;
- Definir representantes para audiência pública; e
- Indicar entidade representativa

João (moderador) – diz que irão entrar em consenso para seguir e que todos precisam tirar suas dúvidas. Apresenta os combinados dos horários e ressalta importância de aproveitar a presença do secretário e diz que farão uma rodada de rodada de perguntas e respostas com o mesmo.

Marcello Lelis (Secretário SEMARH) - afirmou estar há dois anos como *pahi* (chefe) da SEMARH e destacou que o Programa JREDD+ vem sendo construído há muitos anos, com o envolvimento de diversas pessoas e instituições, até que o Estado do Tocantins conseguisse consolidar uma proposta reconhecida internacionalmente. Relatou que, recentemente, esteve em Londres, onde autoridades e especialistas demonstraram grande interesse pelo programa tocaninense, considerando-o um modelo inovador. Comentou que o debate sobre o JREDD+ teve início nas Conferências das Partes (COP's) da ONU, e que foi a servidora Marli quem iniciou e sustentou a proposta dentro do governo estadual, mesmo em momentos em que poucos acreditavam no projeto. Ressaltou, porém, que o programa só poderá avançar com a participação efetiva dos povos indígenas, em especial os *mehin*. Explicou que o JREDD+ é uma política voltada à redução do desmatamento e das queimadas, e que a preservação das florestas gera créditos de carbono. Esses créditos são comprados por países e empresas que precisam compensar suas emissões, e por isso, os povos que conservam — como os *mehin* — passam a ter direito a receber por esse serviço ambiental. Por fim, observou que, embora o programa envolva muitos estudos técnicos e seja complexo em sua implementação, os conceitos centrais são simples: quem preserva deve ser reconhecido e recompensado.

Ricardo (Riozinho) - Quis saber como o dinheiro da venda dos créditos chegará à comunidade indígena e quem será o responsável por sua gestão.

Josimar (Buritizal) - Questionou se ainda será permitido fazer roça de toco.

Marcello Lelis (Secretário SEMARH) explicou que os recursos provenientes da venda dos créditos de carbono serão depositados em uma conta específica vinculada ao Fundo Clima, criado por lei com essa finalidade. A gestão do fundo será realizada por um conselho gestor, composto por representantes do governo e

da sociedade civil. Ressaltou que os próprios *mehin* (povo Krahô) deverão decidir de forma coletiva como e onde os recursos serão aplicados dentro de suas comunidades. Para isso, os projetos deverão ser elaborados e apresentados pelas associações indígenas, que serão as responsáveis pela execução das ações. Não haverá repasse direto a pessoas físicas.

Lelis - convidou a servidora Marli a complementar a explicação e destacou a importância da reunião como um momento decisivo de escuta e construção coletiva. Enfatizou que o modelo adotado pelo Tocantins é o jurisdicional, ou seja, abrange todo o território do Estado. Explicou a diferença entre projetos privados, que se concentram em áreas específicas e negociadas diretamente por empresas, e o modelo jurisdicional, que conta com fiscalização rigorosa de diversas instituições, como o Ministério Público Federal (MPF) e a FUNAI, oferecendo maior segurança jurídica e transparência.

Marli (ponto focal do estado) - informou que a definição sobre o uso do recurso — o *poré* (dinheiro) — será feita pelo Conselho Gestor do Fundo Clima, composto por 13 membros: 6 representantes do governo do Estado, 6 de entidades e associações da sociedade civil, além do Secretário, que exerce o voto de minerva em caso de empate. Esclareceu ainda que os projetos apresentados pelas associações passarão por avaliação técnica e, se aprovados, terão os recursos liberados exclusivamente via pessoa jurídica. Respondendo à dúvida do vice - cacique Josimar, afirmou que o desmatamento é mais intenso nas áreas dos *cupen* (não indígenas), e que os indígenas, por serem tradicionalmente preservadores, não serão impedidos de realizar suas roças de toco. Acrescentou que o programa poderá inclusive apoiar iniciativas de manejo sustentável e de redução do uso do fogo nas roças, respeitando os saberes e práticas tradicionais.

Tadeu (Taypoca) - Indagou sobre o valor do recurso que chegará aos Krahô e a atuação do JREDD+ na Bacia do Araguaia.

Valdir (Macaúba) - Perguntou sobre a possibilidade de destinar recursos do programa para uma brigada permanente de combate ao fogo e proteção territorial.

Secretário Lelis - reforçou que as decisões sobre a aplicação dos recursos estão nas mãos dos *mehin*, e que nada será feito sem a deliberação das próprias comunidades indígenas. Destacou que este é um momento fundamental para definir quais áreas e prioridades deverão ser contempladas com os recursos do Fundo Clima. Ressaltou que a gestão participativa do fundo depende diretamente das escolhas que os *mehin* farão a partir de agora. Assim que os recursos forem disponibilizados, caberá às comunidades elaborar e apresentar seus projetos, que deverão ser encaminhados por meio de associações legalmente constituídas para viabilizar a execução das ações.

Gilberto (aldeia Barra) - afirmou que será importante, quando os recursos do JREDD+ chegarem, realizar encontros entre as comunidades (parentes) para promover o intercâmbio de ideias e o alinhamento das prioridades coletivas.

Ivaldo (tradutor) - acrescentou que a ARPIT está organizando um grupo de trabalho com o objetivo de regularizar as associações interessadas em participar da gestão e execução dos projetos. Informou que o grupo de WhatsApp já está em

funcionamento, com foco na estruturação jurídica e administrativa das entidades indígenas.

Izaak (cacique Mangabeira) - indagou se o secretário permaneceria na aldeia para dormir com o grupo. Em seguida, relatou que há temor entre os Krahô em relação ao JREDD+, especialmente quanto à possibilidade de o programa proibir o uso tradicional da floresta, como o corte de madeira e a realização de roças. Disse ainda que há pessoas externas à aldeia espalhando informações contrárias ao programa, afirmando que o JREDD+ poderá impedir os indígenas de utilizarem suas terras, o que tem gerado insegurança entre os *pahi* (caciques).

Secretário Lelis - respondeu à pergunta do cacique Izaak explicando que, segundo o Código Florestal, o programa JREDD+ não interfere no modo de vida tradicional dos povos indígenas. Reforçou que não existe qualquer possibilidade do JREDD+ proibir atividades como a retirada de madeira para uso próprio ou o cultivo de roças tradicionais. Informou ainda que não permaneceria na aldeia à noite, pois teria um compromisso oficial no município de Caseara no dia seguinte pela manhã, o que o impossibilitaria de dormir na aldeia.

Clarisse (FUNAI) - retomou as perguntas feitas por Ricardo e Izaak, explicando que as respostas envolvem questões mais complexas do que aquelas abordadas até o momento. Ressaltou que é essencial compreender o funcionamento integral do programa, incluindo os atores envolvidos na gestão do Fundo Clima e a dimensão dos recursos financeiros disponíveis. Segundo ela, entender o volume de recursos é fundamental para que os povos indígenas possam sonhar e planejar de forma concreta como o *poré* (dinheiro) que será transformado em ações dentro do território indígena (TI). Reforçou que a FUNAI está atuando para garantir que todas as informações cheguem com clareza e responsabilidade, uma vez que o processo de liberação dos recursos não é imediato nem automático. Alertou que, se as informações forem transmitidas de forma incorreta, o programa corre o risco de não atingir seus objetivos de forma segura. Ela também destacou a existência de uma grande confusão causada por empresas privadas que vêm oferecendo propostas de JREDD+ diretamente para Terras Indígenas, muitas vezes sem clareza nos procedimentos e sem o devido respaldo legal, o que pode comprometer a autonomia e a gestão dos territórios. Informou que a FUNAI tem recebido diversas denúncias sobre esse tipo de atuação e está acompanhando com atenção. Por fim, Clarisse esclareceu que o JREDD+ jurisdicional do Estado do Tocantins é uma política pública oficial, que ainda está em processo de construção e que deverá obedecer rigorosamente aos marcos legais, incluindo toda a legislação indigenista vigente.

Marcelo (cantor) - questionou os representantes sobre os possíveis desdobramentos do programa, perguntando: "O que acontece se os indígenas não aceitarem o JREDD+? E se aceitarem, o que muda?". Indagou também se o programa será capaz de garantir a execução das ações escolhidas coletivamente, com segurança e respeito às decisões dos caciques presentes.

Gecilha (cacica aldeia Paraíso) - manifestou suas preocupações. Disse que gostaria de ter conversado pessoalmente com o "*pahi* grande" (governador Wanderlei Barbosa), pois há muitos temores entre os parentes em relação ao programa. Relatou que, por apoiar o debate sobre o JREDD+, alguns têm

afirmado que ela está “defendendo demais” o programa, o que gera resistência. Explicou que o medo não é apenas sobre o presente, mas sobre os impactos futuros, principalmente para os filhos e netos das comunidades. Relatou que circulam muitas falas nas aldeias dizendo que o JREDD+ poderá resultar em perda de terras e de direitos, algo que os indígenas não estão dispostos a aceitar. Mencionou também que, na reunião anterior realizada na aldeia Cachoeira, foi falado sobre percentuais de repasse dos recursos, o que gerou dúvidas. Questionou por que os povos indígenas — que são os verdadeiros guardiões da floresta recebem uma fatia menor, se são os que efetivamente preservam. Comparou a situação ao caso das barragens, e alertou que, sem garantias concretas, os povos indígenas podem novamente ser prejudicados. Por isso, reivindicou compromissos reais que assegurem um futuro digno para as crianças e as próximas gerações.

Maria José Capé (Secretária Municipal de Itacajá)- fez uma pergunta direta e simbólica aos representantes do programa: "O carbono vai ajudar na consciência e na tradição dos Krahô ou vai atrapalhar?".

Secretário Lelis - esclareceu que o Programa JREDD+ não irá alterar o modo de vida dos povos indígenas, independentemente de sua aceitação ou recusa. No entanto, explicou que, caso as comunidades decidam não participar, perderão a oportunidade de acessar recursos financeiros que poderiam ser aplicados em ações concretas de melhoria da qualidade de vida. Afirmou que o Estado do Tocantins possui 13 milhões de toneladas de créditos de carbono já contabilizados, e que, ao optar por não participar, os povos indígenas deixarão de receber a parte que lhes cabe desse montante. Ressaltou que o que muda com a adesão ao programa é justamente a chegada desses recursos e sua aplicação em projetos escolhidos pelos próprios povos. Para garantir que os recursos cheguem de forma transparente e segura, destacou a presença de múltiplos órgãos de controle no processo, incluindo a FUNAI, o Ministério Público Federal (MPF), a CEVAT, entre outros. Em relação às dúvidas sobre segurança territorial, foi enfático ao afirmar que o JREDD+ não resultará, em hipótese alguma, em perda de terras ou restrições à cultura tradicional. Pelo contrário, declarou que o programa tem o potencial de fortalecer a cultura, os saberes tradicionais e a autonomia indígena. Reafirmou ainda que, caso os Krahô optem por participar, os recursos chegarão de forma garantida, e as próprias comunidades decidirão onde e como aplicar os investimentos.

Maria dos Anjos (CLT FUNAI) - afirmou que muitos dos receios dos povos indígenas em relação ao programa vêm das recorrentes ausências e falhas históricas do Estado em garantir seus direitos. Questionou se a parcela dos recursos pertencente ao Estado (50%) poderia ser utilizada para resolver questões estruturais nos TI's, como a melhoria dos acessos e estradas. Solicitou esclarecimentos sobre como essa parte dos recursos será gerida e se poderá, de fato, beneficiar diretamente as comunidades indígenas.

Generosa (aldeia Maravilha) - compartilhou sua experiência ao visitar o território Coicorá, onde observou que as comunidades já dispõem de recursos como veículos e motores de popa, utilizados para apoio logístico e monitoramento. Em sua fala, afirmou acreditar que o JREDD+ pode trazer benefícios concretos para os Krahô, incluindo equipamentos e estrutura para proteção territorial, e reforçou

que a FUNAI jamais apoiaria um programa que prejudicasse os povos indígenas.

Secretário Lelis - reconheceu a fala da senhora Generosa e agradeceu sua compreensão e confiança no programa. Destacou que os povos indígenas terão acesso não apenas aos recursos provenientes da sua própria participação no JREDD+, mas também poderão ser beneficiados com ações realizadas com a parte dos recursos destinada ao Estado. Acrescentou que é possível pensar em projetos integrados, que combinem recursos próprios das comunidades com políticas públicas estaduais voltadas ao fortalecimento dos territórios indígenas.

No encerramento das atividades do primeiro dia, o secretário Marcello Lelis agradeceu a hospitalidade do povo krahô e reforçou o compromisso institucional e incentivo à construção coletiva do programa, respeitando a decisão livre, prévia e informada dos povos indígenas.

As atividades encerraram por volta das 18:30.

DIA 2: SEXTA-FEIRA, 04 DE JULHO DE 2025

PARTICIPANTES

1. TADEU DA SILVA (aldeia Taypoca)
2. GECILHA CRUKOY KRAHÔ (aldeia Paraíso)
3. JOVELINO HAPÔR KRAHÔ (aldeia Taypoca)
4. FERNANDO R. KRAHÔ (aldeia Serra Grande)
5. JANUÁRIO XÓRÉ KRAHÔ (aldeia Betânia)
6. PEDRO FIRMINO KRAHÔ (aldeia Pedra Furada)
7. MARCIO JÔC KRAHÔ (aldeia Pedra Branca)
8. CUSTÓDIO KOPCAHOC KRAHÔ (aldeia Pedra Branca)
9. HELITON NOLETON KRAHÔ (aldeia Ken Poy Kré)
10. MARCOS KRAPON KRAHÔ
11. ENRIQUE COTHY KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
12. MANOEL TEATO KRAHÔ (aldeia Campo Limpo)
13. JOAQUIM IHGYHE KRAHÔ (aldeia Capitão do Campo)
14. JOSIMAR H. KRAHÔ (aldeia Buritizal)
15. LUCENIO JAXY KRAHÔ (aldeia Pedra Furada)
16. DANIEL TELHI KRAHÔ (aldeia Salto)
17. MARIANA KRAHÔ
18. SANDRA KRAHÔ (aldeia Gameleira)
19. MARCELE WJRCA KRAHÔ
20. LUANA THNĂKRO KRAHÔ (aldeia Água Fria)
21. HELITON KRAHÔ (aldeia Água Fria)
22. LUCILENE PRIX KRAHÔ (aldeia Coqueiro)
23. LUCIANO KRAHÔ (aldeia Salto)
24. ALDALENA AMXYKWYJ KRAHÔ (aldeia Buritizal)
25. LUCILENE JOXEWE KRAHÔ (aldeia Forno Velho)
26. MARIA CRISTINA CUPAKÔ KRAHÔ (aldeia Maravilha)
27. TATIANA TEGURÁ KRAHÔ (aldeia Morro do Boi)
28. GILTON KRĂHPÝM KRAHÔ (aldeia Coqueiro)
29. SEBASTIANA KAPEYCAHOKE KRAHÔ (aldeia Nova)

- 30.HORÁCIO PEHA KRAHÔ (aldeia Serra Grande)
- 31.CLEIA PAH~U KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
- 32.DOMINGOS POHI KRAHÔ (aldeia Morro do Boi)
- 33.IZAAC CORU KRAHÔ
- 34.ORLANDO CANUTE KRAHÔ (aldeia Maravilha)
- 35.ALEX XÔHXÔ KRAHÔ
- 36.ANDRÉ LUIZ MAJANO KRAHÔ (aldeia Recanto)
- 37.AMANDA JULHWA KRAHÔ (aldeia Recanto)
- 38.ELIANA KAJARI KRAHÔ (aldeia Recanto)
- 39.VALDIR HOPAKA KRAHÔ (aldeia Macaúba)
- 40.GENEROSA IHPREP KRAHÔ (aldeia Maravilha)
- 41.JOEL HOPASXY KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
- 42.CLARISSE (FUNAI)
- 43.PATRICIA TAPXY KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
- 44.RENATA KOY KRAHÔ (aldeia Macaúba)
- 45.ALCIDES KRAHÔ
- 46.IZAIAS GRERÔ KRAHÔ (aldeia Riozinho)
- 47.DALVA JOKÔ KRAHÔ (aldeia Riozinho)
- 48.INELEGÍVEL
- 49.PEDRO HUNKOP KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
- 50.SANDRO LUIZ MAJANO KRAHÔ (aldeia Betânia)
- 51.RONALDO INTOHHOC KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
- 52.JOSÉ AUGUSTO HÁKÁ KRAHÔ (aldeia Forno Velho)
- 53.SANDRA KRAHÔ (aldeia Gameleira)
- 54.NAIMIR JUNKWYK KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
- 55.LUZIA JARAJY KRAHÔ (aldeia Serra Grande)
- 56.MARIA JOSÉ CAPÉ KRAHÔ (aldeia Santa Cruz)
- 57.JÚLIO INXYCAPRÊC KRAHÔ (aldeia Coqueiro)
- 58.LUZIA JARAJY KRAHÔ (aldeia Serra Grande)
- 59.MARCELO HASOPIR KRAHÔ (aldeia Serra Grande)
- 60.RICARDO KONLY KRAHÔ (aldeia Riozinho)
- 61.ISLAEL XACUXY KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
- 62.JOSÉ AUGUSTO HÁKÁ KRAHÔ (aldeia Forno Velho)
- 63.IDIAHENA AITA KRAHÔ (aldeia Rio Vermelho)
- 64.LUIZ ALBERTO KRYHHI KRAHÔ (aldeia Capitão do Campo)
- 65.ESTER IRAKWY KRAHÔ (aldeia Barra)
- 66.CRISTINA TÊHTÊ KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
- 67.FLAVIO POXYH KRAHÔ (aldeia Rio Vermelho)
- 68.ADAILTON PIHOC KRAHÔ (aldeia Rio Vermelho)
- 69.ILTON POHHY KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
- 70.MARIA DORALICE HUAKUY KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
- 71.SULINHA HOMR~EM KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
- 72.MAURO AMXY KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
- 73.ROMÁRIO KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
- 74.ROBERTO KRAHÔ (aldeia Serra da Mata)

Abertura

As atividades do dia iniciaram às 08h05 com cantoria de boas-vindas, realizada pelos "Guardiões de Cântico – Wãhmêjê – Partido do Verão", liderados por Fernando, da aldeia Serra Grande.

Na sequência, o cacique Izaac realizou a abertura da plenária, dirigindo-se aos *pahi* (caciques) para saber se ainda restavam dúvidas em relação ao Programa JREDD+. Ressaltou que, caso considerem necessário, podem solicitar a presença do governador do Estado, uma vez que apenas o secretário compareceu à reunião. Sugeriu que, ao final do encontro, seja elaborado um documento coletivo formalizando esse pedido. O cacique também destacou a importância da circulação das informações nas aldeias, lembrando que aqueles que participaram das reuniões anteriores têm a responsabilidade de retornar às suas comunidades e repassar o que foi discutido, para que as decisões sejam tomadas de forma conjunta e consciente. Enfatizou ainda que os *pahi* devem manter a unidade e o companheirismo entre si, e afirmou que seu papel como liderança é buscar ser amigo e aliado de todos, promovendo o diálogo coletivo.

Sandro (cacique da aldeia Morro do Boi) informou que está realizando um levantamento entre as comunidades *crim* (aldeias) para identificar quais delas são favoráveis e quais são contrárias à participação do povo krahô no Programa JREDD+. Informou que, no dia anterior, foi realizada uma reunião entre os *pahi* para discutir as decisões relacionadas ao Programa JREDD+. Explicou que, nas comunidades *crim* (aldeias), as decisões são tomadas por consenso da maioria, e que ele ficou responsável pelos encaminhamentos coletivos, justamente para evitar impasses e garantir o alinhamento entre as lideranças. Ressaltou que, embora vivam em aldeias distintas, todas as comunidades estão integradas e articuladas, e que é fundamental manter a harmonia entre os *pahi*, já que convivem em regime comunitário. Afirmou ainda que os jovens têm o papel importante de dialogar com os mais velhos, ajudando a esclarecer pontos complexos do programa, de forma que todos possam participar da decisão de maneira informada. Sandro destacou que o JREDD+ é um tema de difícil compreensão, o que exigiu várias reuniões internas para que o conteúdo fosse compreendido com maior profundidade. Enfatizou que a principal preocupação dos anciãos é com o futuro das próximas gerações e com a preservação da terra, pois, como ele disse, “vivemos nela e dela”. Concluiu afirmando que, ao final do processo de escuta, os *pahi* chegarão a um consenso sobre aceitar ou não o programa, sendo que a decisão final será tomada pela maioria. Esclareceu também que, independentemente da posição de cada aldeia, os benefícios do programa — caso aceito — deverão ser distribuídos de forma equitativa entre todos. Por fim, destacou que os representantes indicados para a audiência pública deverão assumir a responsabilidade de defender os direitos coletivos de todo o povo Krahô, e não apenas os interesses individuais de suas aldeias.

Gecilha (cacica aldeia Paraíso) - fez um cântico tradicional e, em seguida, dirigiu-se aos presentes para destacar a importância da educação dos jovens indígenas. Enfatizou que os jovens precisam estudar para conhecer e defender os direitos dos povos indígenas, assim como ela aprendeu com seus familiares a lutar pelos direitos do povo Krahô. Reforçou que aceita o Programa JREDD+ como uma oportunidade de gerar benefícios para as futuras gerações, visando

melhorar as condições de vida e trabalho para os filhos e netos.

Marli (ponto focal do estado) pediu a palavra e convidou Izaac e Gecilha para compreender sobre o momento de tomada de decisão. Os caciques explicaram que, até aquele momento, havia aldeias que haviam se manifestado favoravelmente ao JREDD+ e outras que se posicionaram contra, mas que a maioria se mostrava favorável.

As lideranças, então, sugeriram formalizar a decisão por meio da assinatura individual em uma lista.

Durante toda a manhã, as discussões entre os *pahi* (caciques) foram intensas, girando em torno da decisão coletiva sobre a aceitação ou não do Programa JREDD+ no Território Indígena Krahô. O diálogo foi marcado por posicionamentos firmes, escutas atentas e argumentações diversas, refletindo a seriedade do momento para o futuro do território e das próximas gerações. Em um movimento de autonomia e autogestão, os próprios *pahi* se organizaram e elegeram o cacique Sandro como responsável por conduzir o processo de votação. Após a conferência nominal dos presentes, os caciques foram chamados individualmente para registrar e assinar sua decisão, garantindo a transparência e o caráter coletivo do processo. Com isso, foi iniciada a coleta oficial das assinaturas, com o objetivo de registrar a posição de cada liderança sobre a aceitação ou não do Programa JREDD+ no território Krahô.

Intervalo para o lanche: das 10h00 às 10h30.

Após o intervalo, o cacique Sandro deu continuidade ao processo de coleta das assinaturas, como encaminhamento da decisão coletiva sobre a aceitação ou não do Programa JREDD+ no Território Indígena Krahô.

Durante esse momento, foi feito o registro das comunidades presentes e ausentes, bem como suas respectivas posições:

Aldeias (*crim*) que disseram SIM ao JREDD+ (*crim's* – presentes): Mangabeira, Serra Verde, Gameleira, Macaúba, Campos Limpos, Paraíso, Pedra Branca, Taypoca, Cristalina, Forno Velho, Água Fria, Santa Cruz, Morro Grande, Betânia, Recanto dos Irmãos, Buritizal, Riozinho, Maravilha, Água Branca (ausente, mas manifestou apoio), Coqueiro, Rio Vermelho, Salto, Aldeia Nova, Pedra Furada, Barra, Ken Poy Kré, Serra da Mata.

Aldeias (*crim*) que disseram NÃO ao JREDD+ (*crim's* – ausentes): Sol, Mânkraré, Cachoeira, Areia Branca, Pé de Coco, Pau Brasil, Manoel Alves, Kapey, Galheiro 2, Lagoinha, Serrinha, Porteira, Bom Jesus.

A partir desse levantamento, ficou registrado que a maioria das comunidades presentes se manifestou favorável à continuidade do processo de implementação do Programa JREDD+ no território indígena Krahô.

Idiahena (cacique da aldeia Capitão do Campo) - iniciou sua fala afirmando que estava aguardando os esclarecimentos do secretário para tomar sua decisão quanto ao Programa JREDD+. Relatou ser novo no exercício do cacicado e que essa era sua primeira participação em reuniões relacionadas ao programa.

Destacou a necessidade de embasamento técnico e político para fundamentar as decisões. Após as explicações já apresentadas pelo secretário e pela FUNAI, declarou que aceita participar do JREDD+. Indaga sobre a definição dos projetos no território, considerando que o TI Krahô abrange dois municípios Itacajá e Goiatins e ressaltou que sua aldeia, situada na margem da delimitação do TI, tem sido frequentemente alvo de invasões pelos *cupen* (não indígenas). Mencionou que já existem projetos para implementação de brigadas contra essas invasões e perguntou se haverá um único projeto para o território ou um projeto distinto para cada município.

Marcos (cacique da aldeia Bom Jesus) manifestou sua aceitação ao programa com o auxílio de um tradutor. Colocou-se à disposição para participar e questionou sobre os benefícios que os Krahô receberão, o funcionamento do Fundo Clima e se seria possível a criação de um Fundo Krahô, para gerir os recursos.

João (moderador) - retomou o diálogo e propôs a divisão dos grupos por município, com dois grupos para Itacajá e dois para Goiatins.

Sandro (cacique) - explicou que o território está dividido em duas áreas: o município de Itacajá, conhecido como Linha Seca, e o município de Goiatins, que compreende as regiões Centrão e Beira Rio (Fundão). Ressaltou que os representantes que forem à audiência pública deverão falar em nome de todo o território, e que será elaborado um documento com a assinatura de todos para validar formalmente o resultado da votação. Expressou preocupação quanto às ações futuras, solicitando garantias para que, em um período de cinco anos, sejam feitas avaliações do que foi efetivamente realizado durante a implementação do programa. Também fez um balanço das aldeias que manifestaram apoio e das que se posicionaram contrárias, confirmando que a maioria é favorável à adesão. Por fim, pediu uma avaliação da FUNAI sobre a regularidade do processo de coleta e definição das assinaturas, a fim de assegurar a legitimidade do procedimento.

Ações Importantes

João – dividiu novamente os grupos, confirmando a organização em dois grupos principais: um referente ao município de Goiatins e outro ao município de Itacajá.

Intervalo para o Almoço: das 12h20 às 14h20

Após o intervalo para o almoço, os participantes retomaram as atividades em grupos, com o objetivo de definir as ações prioritárias a serem contempladas no contexto do Programa JREDD+.

João (moderador) fez uma síntese das atividades desenvolvidas até aquele momento, destacando a presença do secretário estadual, os esclarecimentos prestados por ele, e o tempo solicitado pelas lideranças indígenas para reflexão e diálogo interno sobre a aceitação ou não do programa. Considerando que o processo de decisão estava avançado e que muitos participantes demonstravam ansiedade em dar continuidade às discussões, optou-se por seguir com a identificação das ações prioritárias para os territórios. Então, sugeriu a apresentação dos resultados dos grupos, precedida por uma apresentação

artística em forma de teatro, que teria como foco os principais pontos discutidos sobre o Programa JREDD+, como forma lúdica de reforçar a compreensão coletiva e valorizar a expressão cultural dos participantes.

O cacique Roberto (aldeia Serra da Mata), juntamente com a cacica Gecílha (aldeia Paraíso), apresentaram os resultados das discussões realizadas pelo **Grupo 01** (Goiatins):

1. Estradas no Território Indígena

- Licença ambiental para estradas;
- Ponto sobre o rio vermelho;
- Estrada para aldeias beira rio;
- Manutenção das estradas existentes;
- Conclusão estrada para aldeia rio vermelho.

2. Vigilância Territorial

- Material para vigilância territorial;
- Transporte brigadistas (carros, barcos).

3. Geração de Renda

- Oficina/capacitação E equipamentos para artesanatos;
- Equipamentos para agricultura e pecuária;
- Assistência técnica rural;
- Ações de incentivo a ocupação para os jovens;
- Ponto de comércio no TI;
- Fundo Krahô

4. Combate ao Fogo

- Brigadas permanentes;
- Criação de brigadas para todas as aldeias;
- EPI para brigadistas.

5. Fortalecimento Cultural

- Incentivo as festas culturais;
- Fortalecimento da língua;
- Fortalecimento uso das comunicações (site/internet);
- Roças tradicionais;
- Irrigação roças;
- Incentivo alimentação tradicional;
- Oficinas culturais (jogos, histórias, etc);
- Fortalecimento da medicina tradicional (parteiras);
- Valorização dos pajés.

6. Saúde

- Ações para diminuir o alcoolismo;
- Ações para reduzir violência doméstica;

7. Educação

- Transporte escolar;
- Implantação de EJA nas escolas do TI;

Romário (aldeia Macaúba) juntamente Adão (Mangabeira), apresentaram os resultados das discussões realizadas pelo **Grupo 02** (Itacajá):

1. Proteção Territorial

- Guaritas;
- Fortalecimento das brigadas;
- Manutenção dos transportes.

2. Segurança Alimentar e Geração de Renda

- Psicultura, galinheiros, apicultura;
- Produção de polpas de frutas
- Roça comunitária;
- Insumos para roças;
- Turismo sustentável,
- Incentivo/apoio artesanato;
- EPI para coletar matéria prima do artesanato;
- Incentivo a pequenos produtores.

3. Fortalecimento das Organizações

- Fortalecimento das associações;
- Criar associação das artesãs;
- Criação fundo krahô
- Fortalecimento de comunicação (internet TI);
- Criação das mulheres empreendedoras.

4. Responsabilidades do Estado

- Poços artesianos;
- Melhoria das estradas;
- Corpo de bombeiros para krahô;
- Escolas agroambiental;
- Capacitação dos representantes para consulta pública;
- Melhorias para saúde;
- Posto de saúde para aldeias;
- Melhorias para educação;
- Posto de odontologia;
- Laboratórios para escolas;
- Coleta de resíduos sólidos.

Personagens do JREDD+; JREDD+ como política pública; Importância dos PIQPCTAF; Repartição de Benefícios e Governança do JREDD+ TO

João (moderador) - dando continuidade às atividades, propôs uma dinâmica teatral para explicar, de forma lúdica e acessível, como o Programa JREDD+ funciona na prática, desde a medição do carbono até a chegada dos recursos financeiros no território. Iniciou lembrando que o "*poré*" (dinheiro) do JREDD+ chegará às comunidades por meio de projetos apresentados pelas associações, e que esses projetos serão avaliados e executados dentro de uma estrutura composta por diversos atores.

Para facilitar o entendimento, João convidou os participantes a representarem os diferentes papéis institucionais envolvidos no processo, com o seguinte elenco simbólico: Fundo Clima (Romário); Conselho Gestor (Adão); COEMA (Valdir); CEVAT (Roberto); FETAET (Joel); ARPIT (Gecilha); COEQTO (Gilton); PIQPCTAF (André Luiz); Agronegócio (Marcelo); Governo do Estado (Irani); FUNAI (Lucilene); Associações (Kleia, Jenuário e Gilberto) e Comprador (Idiahena).

João (moderador) - explicou que o Governo do Tocantins já realizou a contagem da quantidade de carbono existente no estado e ofereceu esses créditos para possíveis compradores internacionais. A proposta do teatro foi simular o caminho que esses créditos percorrem, desde a venda até a distribuição dos benefícios por meio de projetos nos territórios.

Marli (ponto focal do estado) - deu continuidade à dinâmica e explicou, de maneira didática, a lógica da repartição de benefícios, utilizando uma analogia com R\$ 100,00. Segundo ela, do total de recursos que chegam ao estado por meio da venda dos créditos de carbono, 25% são destinados aos PIQPCTAF, conforme determinado por lei federal. Ela destacou que os três atores principais no programa jurisdicional são: Governo do Estado, PIPCTAF (Povos Indígenas, Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares) e Produtores rurais.

Marli (ponto focal do estado) abordou ainda as divergências entre os setores. De um lado, os produtores rurais alegam que deveriam receber mais por serem os que "produzem", enquanto os PIQPCTAF defendem que são os verdadeiros protetores da floresta e, por isso, merecem maior parte dos recursos. Em defesa da fatia de 50% destinada ao governo, ela argumentou que essa parcela é essencial para o fortalecimento institucional e a implementação de políticas públicas, como infraestrutura, saúde, educação e segurança, que também beneficiam os povos indígenas. Informou que foram realizadas visitas aos territórios dos PIQPCTAF e aos produtores rurais para escutar quais tipos de projetos e ações desejam priorizar. Essa escuta compõe a Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI). O resultado dessas escutas será publicado no site oficial do programa, onde ficará disponível por 30 dias para que qualquer interessado possa conferir, sugerir correções e validar os conteúdos. Após esse período, será realizada uma audiência pública em Palmas, com 32 representantes escolhidos pelas comunidades indígenas. Explicou também o papel do CEVAT (Câmara Estadual de Validação e Acompanhamento Técnica), composta por representantes da COEQTO, FETAET, ARPIT, FUNAI, entre outros. Essa câmara é ligada ao COEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente), órgão responsável por validar ou reprovar os projetos. Caso aprovados, estes seguem para o Conselho Gestor do Fundo Clima, que tem a missão de analisar, aprovar, orientar e acompanhar os projetos apresentados pelas associações. Este conselho também será responsável por acompanhar a execução dos projetos e a prestação de contas. Por fim, reforçou que o JREDD+ é um programa complexo, mas que segue regras claras, com participação direta dos povos indígenas e mecanismos institucionais de fiscalização e acompanhamento em todas as etapas.

Clarisse (FUNAI) – pede a palavra para fazer um complemento. Diz que o governo e os produtores rurais também estão dentro da CEVAT, e que haverá outras entidades com poder de voto dentro da CEVAT. Ressalta que a tomada de decisão acontecerá entre entes diferentes, com forças diferentes, e que cada entidade tem poder de voto. Afirma que o COEMA também é composto por diversos atores, como a FUNAI e a ARPIT, e lembra que, em votações anteriores dentro do COEMA, já ocorreu de serem voto vencido, pois havia outros interesses em jogo — e que isso pode acontecer também dentro da CEVAT. Destaca que, se não houver o fortalecimento da representação dos povos indígenas dentro da CEVAT e do COEMA, não será possível fazer valer a pauta indígena. Ressalta ainda que existirão outros interesses em disputa dentro da CEVAT.

João (moderador)— retoma, sintetizando que tudo isso significa governança, ou seja, a forma como as decisões são tomadas.

Intervalo para o lanche – 17:25h às 18:00h

João (moderador) – retoma perguntando se existem questionamentos e se a explicação ficou clara.

Marcelo (Serra Grande) – Pergunta sobre o papel da ARPIT.

Isabel (ponto focal do estado) – responde, explicando o papel da associação dentro da CEVAT.

Marcelo (Serra Grande) – questiona se a ARPIT vai se reunir com o povo Krahô.

Isabel (ponto focal do estado) – diz que, dentro do processo do JREDD+, haverá um momento em que todos os representantes dos povos indígenas conversarão sobre o tema, e que a articulação da ARPIT no movimento indígena é responsabilidade da própria ARPIT. Cita o exemplo da COIAB.

João (moderador) – retoma, dizendo que está se falando não apenas de governança, mas também de controle social. Ressalta que, se os Krahô tiverem interesse, podem solicitar a presença da ARPIT na Terra Indígena.

Isabel (ponto focal do estado) – traz à lembrança o que foi dito pela ARPIT na reunião da Cachoeira, mencionando que a proposta apresentada foi a criação de um conselho dentro da própria ARPIT para tratar do tema JREDD+.

Ivaldo (tradutor) – Faz um esclarecimento sobre o que é a ARPIT e suas funções voltadas aos povos indígenas. Comenta também sobre as ações da ARPIT voltadas para as eleições em setembro.

Srêwe (ponto focal do estado) – fala sobre a criação da ARPIT, ocorrida em 2015. Ressalta que o COEMA sempre esteve aberto para receber representantes indígenas e que a ARPIT foi a instituição que demonstrou interesse em participar desse espaço.

Clarisse (FUNAI) – faz uma analogia entre a ARPIT e o sistema de cacicado, explicando que os *pahi* tomam decisões mediante consulta à comunidade. Afirma que, se a ARPIT quer ser representante, deve manter um canal de comunicação com a base, para levar as decisões da comunidade aos espaços onde atua.

Avaliação do Dia

João (moderador) – faz um resumo da programação do dia seguinte e pergunta se o grupo concorda em encerrar. Todos concordam.

Encerramento das atividades às 18:59h.

Após o encerramento, os indígenas realizaram cantorias e danças em comemoração à presença do JREDD+ na Terra Indígena. A equipe participou do momento festivo.

DIA 03: SÁBADO, 05 DE JULHO DE 2025

PARTICIPANTES

1. JÚLIO INXYCAPRÊC KRAHÔ (aldeia Coqueiro)
2. RENATA KOY KRAHÔ (aldeia Macaúba)
3. SANDRA KRAHÔ (aldeia Gameleira)
4. RUBES RIHKM KRAHÔ (aldeia Morro Grande)
5. JOSIMAR H. KRAHÔ (aldeia Buritizal)
6. MARIANA KRAHÔ
7. LUCILENE JOXEWE KRAHÔ (aldeia Forno Velho)
8. JOVELINO HAPÕR KRAHÔ (aldeia Taypoca)
9. HELITON NOLETON KRAHÔ (aldeia Ken Poy Kré)
10. JOSÉ AUGUSTO HÁKÁ KRAHÔ (aldeia Forno Velho)
11. DANIEL TELHI KRAHÔ (aldeia Salto)
12. ALDALENA AMXYKWYJ KRAHÔ (aldeia Buritizal)
13. MARCELO HASOPIR KRAHÔ (aldeia Serra Grande)
14. GENEROSA IHPREP KRAHÔ (aldeia Maravilha)
15. MARIA CRISTINA CUPAKRÔ KRAHÔ
16. IRANI HAXETEP (aldeia Morro do Boi)
17. ALCIDE HAJÊNI KRAHÔ (aldeia Maravilha)
18. RICARDO KONLY KRAHÔ (aldeia Riozinho)
19. MARIA LÚCIA KRAHÔ (aldeia Riozinho)
20. MANOEL TEATO KRAHÔ (aldeia Campo Limpo)
21. JANUÁRIO XÓRÉ KRAHÔ (aldeia Betânia)
22. SANDRO JKR~EKWYJ KRAHÔ
23. LUCENIO JAXY KRAHÔ (aldeia Pedra Furada)
24. PEDRO FIRMINO KRAHÔ (aldeia Pedra Furada)
25. DOMINGOS POHI KRAHÔ
26. ANDRÉ LUIZ MAJANO KRAHÔ (aldeia Recanto)
27. GILTON KRÃHPÝM KRAHÔ (aldeia Coqueiro)
28. AMANDA JULHWA KRAHÔ (aldeia Recanto)
29. ELIANA KAJARI KRAHÔ (aldeia Recanto)
30. LUCILENE PRIX KRAHÔ (aldeia Coqueiro)
31. FERNANDO R. KRAHÔ (aldeia Serra Grande)
32. HORÁCIO PEHA KRAHÔ (aldeia Serra Grande)
33. SEBASTIANA KAPEYCAHOKE KRAHÔ (aldeia Nova)
34. ORLANDO CANUTE KRAHÔ (aldeia Maravilha)
35. ILTON POHHY KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
36. CUSTÓDIO KOPCAHOC KRAHÔ (aldeia Pedra Branca)
37. TADEU DA SILVA (aldeia Taypóca)
38. MACEDO CAPRE KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
39. PEDRO HUNKOP KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
40. MARCELO HASOPIR KRAHÔ (aldeia Serra Grande)
41. LUZIA JARAJY KRAHÔ (aldeia Serra Grande)
42. MARCIO JÔC KRAHÔ (aldeia Pedra Branca)
43. ODAIR IHTYC KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
44. IZAAC CORU KRAHÔ
45. VALDEIS SOARES H. KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
46. JOEL HOPASXY KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
47. LUANA THNÃKRO KRAHÔ (aldeia Água Fria)

48. CARLOS XYCAPRÔ KRAHÔ
49. JOAQUIM IHGYHE KRAHÔ (aldeia Capitão do Campo)
50. MARIA DORALICE HUAKUY KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
51. MARCOS KRAPON KRAHÔ
52. SUZANA CAPRUM KRAHÔ
53. IRACEMA KRAHÔ
54. NAIMIR JUNKWYK KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
55. PATRICIA TAPXY KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
56. SIRLEIDE PANKWJ KRAHÔ
57. DALVA JOKÔ KRAHÔ (aldeia Riozinho)
58. IZAIAS GRERÔ KRAHÔ (aldeia Riozinho)
59. GERCILHA KRAHÔ
60. CLEIA HÔKUA KRAHÔ (aldeia Nova)
61. RONALDO INTOHHOC KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
62. GILBERTO CANUTO KRAHÔ (aldeia Barra)
63. ARTUR TOHTOT KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
64. SAYONARA AHKRÔ KWÝJ KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
65. JUSILENE PARCÔ (aldeia Mangabeira)
66. ANDRÉ C. KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
67. ESTER IRAKWY KRAHÔ (aldeia Barra)
68. LUZIA JARAJY KRAHÔ (aldeia Serra Grande)
69. AUGUSTO PREXUM KRAHÔ
70. CRISTIANO CATYC KRAHÔ
71. CRISTINA TÊHTÊ KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
72. LAILA KAHHUKWYY KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
73. VALDIR HOPAKA KRAHÔ (aldeia Macaúba)
74. RONALDO INTOHHOC KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
75. MAURO AMXY KRAHÔ
76. ROSILENE PAHHÔ KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
77. LUCIVANIA CUHHÊC KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
78. JULIANA SOARES IHPHÓ KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
79. TATIANA TEGURÁ KRAHÔ (aldeia Morro do Boi)
80. MANEL TEATO KRAHÔ
81. MARCIO JÔC KRAHÔ (aldeia Pedra Branca)
82. CUSTÓDIO KOPCAHOC KRAHÔ (aldeia Pedra Branca)
83. SULINHA HOMR~EM KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
84. MARCOS PYQUE KRAHÔ
85. DANIEL TELHI KRAHÔ (aldeia Salto)
86. LUCIANO KRAHÔ (aldeia Salto)
87. ANTONIO PANRÔ KRAHÔ (aldeia Mangabeira)
88. ANA VERBENA COXÊKWY KRAHÔ (aldeia Mangabeira)

Abertura

As atividades iniciaram às 08:00h com o chamamento na língua *mehin*. João –

inicia dando as boas-vindas e passa a fala para a FUNAI.

Clarisse (Funai) – diz que o papel da FUNAI é a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas em todo o território nacional. Seu papel principal é assegurar que os povos indígenas tenham acesso a seus direitos sociais, econômicos e culturais, além de proteger suas terras e modos de vida.

João – chama as mulheres que pediram um momento para falar. Todas se reúnem para uma fala conjunta.

Cacica Luana (aldeia Água Fria) e Lucilene (Forno Velho) dizem que apoiam o governo, mas que o recurso que chega para a aldeia delas é pouco. Generosa (Maravilha), diz que está aceitando o JREDD+ porque confia na FUNAI, pois, se eles estão revisando e fiscalizando, não há motivo para ter medo. Anciã da Aldeia Bom Jesus, diz que não entende e que não quer JREDD+.

Em virtude de todas as *pyjê* (mulheres) falarem, optou-se por sintetizar as falas com o auxílio dos tradutores, segue: todas as mulheres presentes falaram, e a maioria disse que confia nos caciques e acredita na FUNAI, que está presente para fiscalizar e garantir os direitos dos *mehin*. Ressaltaram que, se o JREDD+ não cumprir o que está propondo, a FUNAI os ajudará a cobrar. Elas entenderam que o JREDD+ não veio para tomar as terras nem impedir os *mehin* de plantar suas roças de toco.

Marcio Jôc (Cacique da Aldeia Pedra Branca) – pede a palavra para informar que houve um falecimento na aldeia e que está aguardando a assinatura dos documentos para se retirar e iniciar o ritual fúnebre.

Gecilha – pede a fala e diz que é conselheira da ARPIT, e explica que a ARPIT começou agora e está em construção ainda, por isso não tem uma boa comunicação com o povo Krahô, pois ainda não possui recursos financeiros suficientes para meio de locomoção que possibilite ir até as aldeias. Reforça que é Krahô e conselheira da ARPIT, então irá levar as demandas para o Marquinho presidente da ARPIT.

Izaak (cacique Mangabeira) - ressalta a importância da participação das mulheres e convida para que haja mais envolvimento feminino, ressaltando que isso fundamental, pois existem várias mulheres cacicas.

Isabel (ponto focal do estado) – ressalta sobre o registro das oficinas, explicando que tudo o que é falado está sendo registrado na relatoria para que as conversas sejam mantidas conforme foram realizadas, e que, se necessário, podem ser conferidas. Explica que existe um registro final, que constará as informações sobre as ações importantes (ajuda memória), assinado para ser publicado no site, garantindo que todas as atividades das oficinas sejam registradas para evitar dúvidas sobre o que foi falado e prevenir qualquer manipulação, como foi mencionado no dia anterior.

Esclarece que é um processo de consulta que está sendo realizado em todo o estado pelo governo, envolvendo indígenas, quilombolas, agricultores familiares, pequenos produtores e a estrutura do estado.

SALVAGUARDAS

Isabel (ponto focal do estado) - explica que as salvaguardas foram criadas em Cancún e são válidas para o mundo todo. Todos que desejam implementar JREDD+ precisam seguir essas regras. Diz que a primeira salvaguarda refere-se à proteção, e que todas as legislações já existentes precisam ser respeitadas; o JRED++ não pode contrariar essas legislações. Faz uma analogia com o capim dourado, explicando que os recursos do JREDD+ precisam garantir o manejo correto dessa planta. A segunda salvaguarda é a governança: como as decisões que estruturam o JREDD+ são definidas, e que existem legislações para definir as estruturas e o envolvimento dos atores. Faz analogia com o cacicado, onde os *pahi* não tomam decisões sozinhos, mas sim junto com a comunidade. A terceira trata do consentimento livre, prévio e informado (CLPI): Assegurar que os povos indígenas e comunidades locais participem plenamente das decisões que afetam suas terras e modos de vida. A quarta fala sobre a Conservação da biodiversidade e dos recursos naturais: Os programas devem promover a conservação dos ecossistemas e a manutenção dos serviços ambientais. A quinta salvaguarda é a adoção de abordagens participativas: As decisões devem ser tomadas de forma transparente e participativa, envolvendo todos os atores relevantes. A sexta é o compartilhamento justo dos benefícios: Garantir que os benefícios decorrentes dos programas JREDD+ sejam distribuídos de forma equitativa entre os envolvidos. E a sétima é a mitigação de riscos de deslocamento das emissões: Evitar que o desmatamento simplesmente seja transferido para outras áreas, causando emissões “vazadas”.

Marli (ponto focal do estado) – agradece pela fala das mulheres (pyjê). Ressalta o significado de salvaguarda, explicando que significa “salvar e guardar”. Destaca que governança é a forma de tomar decisões. Faz uma analogia com as tomadas de decisões nas aldeias, onde o *pahi* decide junto com a comunidade. E, no caso da Terra Indígena (TI), as decisões são tomadas em conjunto pelos *pahi*.

João (moderador) – questiona: o que é salvaguarda?

Participantes – respondem: "guardar direitos", "salvar e guardar direitos", "respeitar e guardar".

Gilberto – pergunta: salvar e guardar em quê?

Gecilha – Responde: salvar os direitos e guardar os respeitos.

Isabel (ponto focal do estado) – Diz que a responsabilidade pelas salvaguardas é do Estado, e que os *mehin* executam os projetos e também fiscalizam o Estado. Mas a responsabilidade de seguir todas as regras é do Estado.

Clarisse (Funai) – Complementa, trazendo a lembrança do teatro do dia anterior, e reforça que a CEVAT é responsável pelo cumprimento das salvaguardas. Para isso, os *mehin* precisam estar bem informados, de maneira correta, para que possam participar das tomadas de decisão.

João (moderador) – Explica o conceito da CEVAT: Comissão Estadual de

Validação e Transparência.

Isabel (ponto focal do estado) – Pede autorização para transcrever a ajuda-memória. Todos concordam.

Marli (ponto focal do estado) – reafirma que o JREDD+ não pode desrespeitar os direitos dos *mehin* e que o programa não pode atrapalhar o modo de vida que eles já têm. Informa que as ações do JREDD+ continuarão e que, em breve, haverá retorno para avaliação. Diz que as avaliações serão anuais, e os representantes receberão informações continuamente. Ressalta que a "tarefa de casa" é receber e repassar essas informações para as comunidades, de forma acessível, garantindo a continuidade do processo.

OUVIDORIA

Marli (ponto focal do estado) questiona a plenária: ao que remete a ouvidoria?

Participantes respondem: telefone.

Marli (ponto focal do estado) – explica que a ouvidoria é uma estrutura criada para ouvir, inclusive denúncias. Faz uma analogia com a execução do processo e com casos de má gestão dos recursos. Ressalta que a ouvidoria também serve para receber elogios. Apresenta os canais disponíveis: WhatsApp, site, e-mail e Instagram. Destaca que é possível utilizar a ouvidoria para denunciar, elogiar ou fazer consultas.

João (moderador) – faz um apanhado dos objetivos do dia e reforça que as salvaguardas são importantes. Informa que esse tema está presente no material entregue e também disponível no site. Frisa que o conhecimento é construído com tempo e estudo, para que os participantes tenham propriedade sobre o assunto. Confirma se todos estão de acordo com as salvaguardas e com a ouvidoria. A comunidade concorda.

Isabel (ponto focal do estado) – informa que, após o lanche, serão escolhidos os representantes que continuarão acompanhando o processo de consulta até a audiência pública. Ressalta que o programa ainda não está pronto, e sim sendo construído passo a passo.

Intervalo para o lanche – 10:21h às 10:46h

Cacique Marcelo – pediu a fala no retorno do lanche para pedir que tenha uma articulação com a Funai para marcar uma reunião com todos os caciques, porque os caciques que são contra o JREDD+ estão enviando muitas mensagens dizendo que irão processar os que estão participando, então pede que seja marcada uma reunião com todos os caciques e que a Funai esteja presente para articular essa comunicação.

João (moderador) – retoma com a leitura das ações importantes registradas, conferindo as ações importantes elencadas no dia anterior para a confecção da Ajuda e explica que as ações mencionadas durante o encontro serão utilizadas para a construção do programa JREDD+. Informa também que a assistência rural passou a ser de responsabilidade do Estado, por meio do Ruraltins. Retirou-se a

criação do fundo krahô e inclui-se a capacitação para os *pahi*.

Clarisse (Funai) – faz um esclarecimento sobre o PAA (plano de aquisição de alimentos) e diz que estão em negociação para implantar o programa. Fala sobre o CATRAPOVOS e menciona a presença, inclusive, do Ministério Público nesse processo.

Maria dos Anjos (CTL Carolina) – relata que foi feito um projeto piloto (PAA) em 2024 na Aldeia Pedra Branca, mas que foi bastante dificultoso. Informa que neste ano duas aldeias estão envolvidas nas capacitações e que há 32 agricultores aptos a realizar entregas. Faz uma breve explicação de como acessar o programa.

Marli (ponto focal do estado) – levanta a discussão sobre quais são as necessidades do JREDD+ e se é necessário que o JREDD+ fomenta o PNAE.

Clarisse (Funai) – afirma que é necessário o auxílio do JREDD+ na assistência técnica para fomentar as roças, e, se possível, também no transporte dos alimentos.

Maria dos Anjos (Funai) – aponta que está enfrentando dificuldades para realizar as capacitações devido à falta de recursos da FUNAI.

Isabel (ponto focal do estado) – sugere que pode ser incluído, como responsabilidade do Estado, o suporte necessário para apoiar a inserção das comunidades em outros programas, como o PNAE, o PAA e demais iniciativas.

Marli (ponto focal do estado) – faz um apontamento sobre o Fundo Krahô, mencionando que o povo já possui um fundo oriundo da barragem. Ressalta que é difícil criar um novo fundo, pois a discussão sobre o Fundo Clima começou em 2022 e sua criação exige autorização do legislativo. Explica que os recursos do JREDD+ não podem ser destinados a fundos que não sejam públicos. Sugere que não seja criado outro fundo, e sim utilizado o Fundo Clima já existente. Esclarece que os recursos serão direcionados ao fundo destinado aos atores envolvidos no programa. Para evitar conflitos, afirma que haverá diálogo posterior com as associações, com o objetivo de evitar divisões. Frisa que o JREDD+ só funcionará se os *mehin* atuarem como fiscais constantes dos processos que serão executados.

João (moderador) – retoma perguntando qual foi a decisão sobre o Fundo Krahô.

Houve uma discussão entre os *pahi*, e decidiram retirar o Fundo Krahô das ações importantes.

Escolha dos representantes para a Audiência Pública

Dando continuidade, passou-se para a escolha dos representantes para a audiência pública, que ocorrerá depois que todas as oficinas de consulta prévia forem finalizadas e do período de consulta pública on-line. O GT Salvaguardas definiu que cada povo indígena deverá indicar representantes, assim como os demais grupos contemplados. No caso dos indígenas, os povos menores podem indicar dois representantes e os maiores podem sugerir quatro pessoas.

José Augusto (Cacique Forno Velho) – sugeriu a contratação dos *pahi* para trabalharem no JREDD+.

A comunidade (*pahi*), de imediato, disse não!

Marli (ponto focal do estado) – diz que o JREDD+ pode garantir apoio para participação nas reuniões do programa, mas que o programa é para beneficiar todos, e não apenas a família do *pahi*. Sugere fazer um combinado e destaca que falta a escolha dos representantes.

Explica que devem ser escolhidos 2 homens e 2 mulheres, e detalha as funções e objetivos desses representantes.

Isabel (ponto focal do estado) – complementa explicando um pouco mais sobre como será a audiência pública. Informa que as oficinas estão acontecendo em todo o estado, colhendo resultados. Embora existam diferenças de nomenclaturas, alguns objetivos são os mesmos. Quando as escutas forem finalizadas, os resultados serão publicados no site para que todos os interessados possam consultar, conferir e fiscalizar se está tudo correto. Os representantes terão a missão de verificar a conformidade dos dados ou sugerir inclusões, caso desejem, nesse momento.

Marli (ponto focal do estado) – complementa dizendo que é exigido compromisso do escolhido com seu povo, e que não é necessário saber ler em português, pois o Estado irá oferecer suporte. Ressalta que é preciso responsabilidade para transmitir as informações corretamente para a comunidade. Chama as mulheres que desejam ser representantes para se apresentarem. Esclarece que os representantes não recebem salário nem possuem contrato, mas receberão ajuda para deslocamento fora da Terra Indígena.

Os caciques pedem 10 minutos para realizar a escolha dos representantes.

Clarisse (Funai) – informa que a FUNAI estará presente na audiência pública e que os indígenas não estarão sozinhos, pois a FUNAI acompanhará o processo.

Joel (aldeia Mangabeira) sugere que os representantes tenham condições de visitar cada aldeia para levar as informações, pois atualmente as informações não são repassadas devido à falta de recursos.

Marli (ponto focal do estado) – diz que vai verificar a possibilidade desse recurso (sem prometer), para viabilizar as visitas.

Os indígenas se reúnem para deliberar sobre a escolha dos representantes. Após a reunião, apresentam os escolhidos: duas mulheres e dois homens.

Indicação de Entidade Representativa

Após a escolha dos representantes, os *pahi* decidiram por bem indicar a ARPIT como entidade representativa. Fazendo menção a COIAB.

Representantes Escolhidos: Aldeia Macaúba - Ruthe Ihprenp Krahô e Romário Krahô; Aldeia Nova - Cleia Hôkua Krahô; e Aldeia Serra da Mata - Roberto Krahô

Leitura e assinatura da Ajuda Memória

Seguindo para o término da programação, foi feita a leitura da Ajuda Memória por Isabel (ponto focal do estado).

Após a assinatura do documento, os participantes receberam o certificado de participação e seguiram para a foto oficial.

Encerramento

João (moderador) – faz a conferência dos objetivos propostos com os participantes. E todos concordam que os objetivos foram concluídos com sucesso.

Marli (ponto focal do estado) – informa que o cacique Izaac (Mangabeira) precisou se ausentar para ir ao funeral na Aldeia Pedra Branca e que deixou a cacique Gecilha como sua representante durante o encerramento. Agradece a todos pela presença, agradece em nome do governador, pede ajuda para fazer o JREDD+ acontecer e passa a palavra para as últimas palavras de encerramento.

Gecilha – faz a fala de encerramento, prezando pela união dos *pahi* e de todas as aldeias em prol do bem comum.

As atividades foram encerradas por volta das 13h30 e os presentes seguiram para o almoço.

IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

1. PROTEÇÃO TERRITORIAL

- Licença ambiental para estradas;
- Ponto sobre o rio vermelho;
- Estrada para aldeias beira rio;
- Manutenção das estradas existentes;
- Conclusão estrada para aldeia rio vermelho.
- Guaritas;
- Fortalecimento das brigadas;
- Manutenção dos transportes.
- Material para vigilância territorial;
- Transporte brigadistas (carros, barcos).

2. SEGURANÇA ALIMENTAR E GERAÇÃO DE RENDA

- Oficina/capacitação E equipamentos para artesanatos;
- Equipamentos para agricultura e pecuária;
- Assistência técnica rural;
- Ações de incentivo a ocupação para os jovens;
- Ponto de comércio no TI;
- Psicultura, galinheiros, apicultura;
- Produção de polpas de frutas
- Roça comunitária;
- Insumos para roças;

- Turismo sustentável;
- Incentivo/apoio artesanato;
- EPI para coletar matéria prima do artesanato;
- Incentivo a pequenos produtores.

3. COMBATE AO FOGO

- Brigadas permanentes;
- Criação de brigadas para todas as aldeias;
- EPI para brigadistas.

4. FORTALECIMENTO CULTURAL

- Incentivo as festas culturais;
- Fortalecimento da língua;
- Fortalecimento uso das comunicações (site/internet);
- Roças tradicionais;
- Irrigação roças;
- Incentivo alimentação tradicional;
- Oficinas culturais (jogos, histórias, etc);
- Fortalecimento da medicina tradicional (parteiras);
- Valorização dos pajés.

5. SAÚDE

- Ações para diminuir o alcoolismo;
- Ações para reduzir violência doméstica;

6. EDUCAÇÃO

- Transporte escolar;
- Implantação de EJA nas escolas do TI;

7. FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES

- Fortalecimento das associações;
- Criar associação das artesãs;
- Criação fundo krahô
- Fortalecimento de comunicação (internet TI);
- Criação das mulheres empreendedoras.
- Capacitação para os *pahi*

8. RESPONSABILIDADES DO ESTADO

- Poços artesianos;
- Melhoria das estradas;
- Corpo de bombeiros para krahô;
- Escolas agroambiental;
- Capacitação dos representantes para consulta pública;
- Melhorias para saúde;
- Posto de saúde para aldeias;
- Melhorias para educação;
- Posto de odontologia;
- Laboratórios para escolas;
- Coleta de resíduos sólidos.

REPRESENTANTES SELECIONADOS PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM PALMAS

Foram escolhidos os representantes abaixo:

- Aldeia Macaúba: Ruthe Ihprenp Krahô e Romário Krahô.
- Aldeia Nova: Cleia Hôkua Krahô
- Aldeia Serra da Mata : Roberto Krahô

Avaliações e resultados da oficina

A Oficina Participativa de Consulta Prévia, Livre e Informada do Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Tocantins, realizada com o povo Krahô entre os dias 3 e 5 de julho de 2025, foi a última de uma série de três (primeira realizada em 2024; segunda em maio de 2025) encontros e cumpriu seus objetivos propostos.

A abertura da oficina foi marcada por certa tensão, em razão da desconfiança manifestada por alguns participantes, que trouxeram informações imprecisas e cobraram respostas imediatas. Demonstrando sensibilidade, a equipe de moderação optou por flexibilizar a programação, o que permitiu acolher as falas e promover uma maior abertura ao processo formativo. Com isso, observou-se uma evolução na compreensão do programa e um melhor discernimento entre os diferentes modelos de JREDD+. O grupo também apresentou suas principais demandas e indicou seus representantes.

A presença do secretário de Estado, Marcello Lelis, contribuiu para fortalecer a confiança dos participantes. A atuação da representante da Funai também foi fundamental, trazendo segurança e esclarecimentos importantes. A harmonia entre os membros da equipe organizadora garantiu uma condução fluida das atividades. O apoio da recreação foi essencial para assegurar a participação plena das mulheres, cuja presença foi significativa durante toda a programação. Destaca-se, ainda, o cuidado da equipe de logística com a pontualidade das refeições, a limpeza dos ambientes e a qualidade e variedade dos alimentos, aspectos que contribuíram para o bem-estar geral e para a receptividade ao evento.

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Secretário Marcello Lelis, durante abertura da oficina



Contribuição da Funai



Trabalhos em grupo para definição das ações importantes



Apresentação governança



Escolha dos representantes



Representantes escolhidos



Leitura ajuda memória

